

PLATAFORMA POLÍTICA

Valorizar o interior

A razão da existência desta Plataforma é a fraca discussão das questões do Interior no Bloco de Esquerda. Pretende ser construtiva e dialogante, sensibilizando os militantes e simpatizantes do Bloco para esta temática. O Bloco tem uma presença quase nula na maioria dos concelhos do Interior: é necessário um novo impulso que capitalize os bons resultados eleitorais e o mediatismo conseguidos no último ano, convertendo parte desta “confiança eleitoral” em militância ativa.

1. A REORGANIZAÇÃO DO BLOCO NO INTERIOR

Esta Plataforma pretende colocar o Interior na agenda e ação política. O BE demonstra claras dificuldades de divulgação, ação política e adesão de militantes no Interior do país. Muitas destas dificuldades devem-se a uma desarticulação entre as ações do Bloco e as temáticas regionais. Há também dinâmicas no Interior que podem ser potenciadas para o crescimento do partido como associações locais e movimentos cívicos.

- Realização de encontros regulares e sessões públicas no Interior para a partilha de experiências, debate dos temas locais relevantes e divulgação da mensagem do BE, dos problemas do território e do seu património local.
- Criar um grupo de trabalho para as questões do Interior, com carácter consultivo a nível nacional, para a criação de soluções políticas plurais e descentralizadas.
- Elaborar um plano para a implementa-

ção do BE no Interior, mapeando causas e combates políticos. O sucesso da implementação do Bloco no Interior deve ser medido e avaliado.

- Reformular a forma de comunicação com os militantes e simpatizantes no Interior. Criar propaganda direcionada especificamente para as questões do Interior, as diferentes regiões e momentos políticos.

2. POR UMA ESTRATÉGIA ELEITORAL DIFERENTE

As próximas eleições autárquicas são o momento ideal para testar uma nova estratégia eleitoral no Interior. Décadas de desenvolvimento desigual do país provocam um descontentamento generalizado das populações, presente em situações do dia-a-dia. O Bloco não deve menosprezar esse descontentamento: deve procurar quem não se sente representado no Interior.

A associação do BE com iniciativas cívicas deve ser considerada para combater a alternância PS/PSD. O Bloco deve apresentar-se como uma alternativa política no Interior, plural e convergente com os interesses das populações locais.

- Incentivar a existência de programas diferenciados e concretos nas candidaturas do Interior, que combatam a corrupção, o caciquismo, a gestão danosa e incumprimento dos programas eleitorais.
- O BE deve apresentar-se como defensor de causas concretas: a sua parti-

cipação em questões que vão além da sua agenda habitual é essencial dada a dispersão da população no Interior e as reconhecidas dificuldades de mobilização. O debate político deve centrar-se em temas como a pobreza, o desemprego, a violência doméstica, as dificuldades de acesso aos serviços públicos e a defesa de um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

- Dar condições de afirmação a uma nova geração de aderentes e simpatizantes, dando a autonomia e confiança necessárias às estruturas locais no Interior, reforçando e reorganizando o apoio prestado pela estrutura nacional.

3. A DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO INTERIOR

A defesa dos serviços públicos no Interior é hoje uma questão de soberania. O encerramento de escolas, serviços de saúde e tribunais prejudicou a qualidade de vida das populações, que se veem obrigadas a percorrer grandes distâncias para aceder ao que deviam ser serviços universais e de proximidade.

Há um conjunto de questões sociais que, sendo comuns ao resto do país, são particularmente graves no Interior. Na maioria dos concelhos do Interior há ainda uma ausência de resposta ou prevenção de casos de maus tratos, abuso sexual e exploração do trabalho infantil. Existe ainda um tabu sobre a violência doméstica, as suas causas e consequências associadas. O papel das mulheres é claramente secundário, estando estas sujeitas a uma taxa de desemprego mais elevada, desigualdade salarial agravada e até restrições culturais do seu comportamento que deveriam estar ultrapassadas. Não pode ser ignorado o isolamento dos idosos em termos de acessos públicos e transportes, culturais (analfabetismo e falta de informação) e sociais (com a ausência das autoridades competentes

perante situações de fraude, negligência de familiares e dependência de relações dúbias).

- Defesa integral dos serviços públicos. O encerramento de tribunais é um problema de soberania do Estado e de retirada dos direitos garantidos pela Constituição. O Bloco deve afirmar uma posição contrária aos mega agrupamentos escolares, lutar pela valorização da carreira docente e da sua estabilidade profissional, sendo o ensino público um fator estruturante do Interior do país. O encerramento de maternidades, serviços de urgência e centros de saúde, bem como as constantes falhas no seu funcionamento devem ser colocadas pelo Bloco na ordem do dia.
- Propor taxas diferenciadas nos serviços públicos, tendo em conta custos de deslocação e condições socioeconómicas, dado que os distritos do Interior possuem grandes dimensões e acessos difíceis.

4. REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

A defesa da Regionalização deve ser uma prioridade política do Bloco de Esquerda. O modelo de Regionalização ideal atribui a legitimidade democrática, a representatividade das populações e a responsabilização dos representantes das mesmas. Convém reforçar as regras da limitação de mandatos consecutivos, precavendo eventuais omissões e abusos, debatendo a utilidade desta limitação entre diferentes cargos autárquicos e regionais.

- Proposta de implementação da Regionalização e rejeição do modelo de cinco regiões, coerente com uma efetiva reforma da Administração do Estado e dos seus serviços. Garantir a representatividade e participação das populações, permitindo formar políticas



sustentáveis de desenvolvimento do Interior.

- Atribuição de meios necessários para um exercício efetivo de autonomia regional: possibilidade de as Regiões cobrarem impostos e negociarem diretamente Fundos Comunitários. Garantir que o quadro comunitário Portugal 2020 privilegia os territórios de baixa densidade e do Interior.

O Bloco de Esquerda deve estar na linha da frente da defesa de um desenvolvimento sustentável do Interior, que tenha em conta o seu património ecológico, recursos económicos e humanos. Deve ser combatido o modelo de parques industriais mal concebidos, que destroem a paisagem natural, servindo para um desenvolvimento económico precário e temporário. A paisagem protegida e o contacto com a natureza são cada vez mais valorizados. O desenvolvimento do Interior deve assim ser coerente com as potencialidades do território e a sustentabilidade ecológica.

- Deve ser proposto um modelo assente em clusters regionais não poluentes, convergindo os investimentos públicos para as necessidades do desenvolvimento tecnológico e do capital humano. O Interior deve ser potenciado como zona privilegiada para a prática de desportos e o ecoturismo sustentável.
- Promover uma reorganização ecológica sustentável dos recursos hídricos e energéticos, rejeitando a construção excessiva de barragens e parques eólicos e debatendo soluções energéticas alternativas mais sustentáveis para cada região e a redução das despesas de energia e abastecimento de água pagas pelas populações locais.
- Política fiscal adequada ao pequeno comércio e a produção local e que penalize o domínio das grandes superfícies no Interior. A grande distribuição e a importação de produtos agroalimen-

tares destruíram progressivamente a economia regional.

- Reforço da fiscalização face às situações de precariedade laboral.

Face às dificuldades do setor agroflorestal, do desenvolvimento industrial no Interior, a gestão danosa de cooperativas e entidades públicas, convém repensar a organização económica do Interior no quadro dos apoios comunitários disponíveis.

- Defesa de uma política agrícola que permita a correção de assimetrias fundiárias, promova o associativismo e a produção local

Às instituições de ensino superior do Interior devem ser atribuídos meios para o desenvolvimento de nichos tecnológicos, alargando o emprego a mais áreas, dinamização do mercado de trabalho e fixação das populações. A diversificação e qualidade do conhecimento representa uma mudança significativa do modelo de desenvolvimento do Interior.

O Interior possui dificuldades de acesso e deslocação. É importante assumir uma política de modernização de infraestruturas ferroviárias e de defesa dos transportes públicos.

O desmantelamento da rede ferroviária no Interior do país e a ausência de articulação com linhas férreas de Espanha é um erro estratégico grave, com consequências negativas nas necessidades das populações locais, bem como para a deslocação de estudantes e trabalhadores para outros centros urbanos, sendo uma negligência inaceitável.

Devem ainda ser defendidos os serviços públicos de transporte rodoviário. Deverão ser colocadas em causa situações contratuais dúbias na prestação de serviços por parte de privados, defendendo que estes serviços sejam prestados diretamente pelas autarquias.

Falta ainda a valorização cultural, do património e da paisagem do Interior. Há notórios casos de negligência e desinvestimento nos recursos locais, com falhas graves ao nível da proteção da paisagem e património, com muitas autarquias a ter gastos financeiros avultados em eventos sazonais idênticos entre si, tornando-se indistinguíveis e sem valor.

- Defesa do financiamento transparente de eventos culturais e utilização adequada das infraestruturas existentes, com uma gestão dos espaços e agendas culturais ao serviço das populações.
- Aposta na divulgação e diversidade cultural, com ênfase em festivais diferenciados de música e artes performativas.
- Sensibilizar as populações locais para a rejeição de espetáculos que impliquem o sofrimento de animais, como circos e touradas.

SUBSCREVEM:

António Baptista Chinita, nº 4501, Castelo Branco

Ariana Meireles, nº 4519, Vila Real

Carlos Ermida Santos, nº 7126, Vila Real

Filipe Rolão, nº 6794, Vila Real

Guida Proença Castro Martins, nº 399, Castelo Branco

João Silva Santos, nº 408, Castelo Branco

Luís Barbosa, nº 11841, Amarante

Paulo Matias Lopes, nº12237, Castelo Branco

Rodrigo Alves, nº 12200, Cova da Beira

Rui Sá, nº 11916, Viseu

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à X Convenção nas Assembleias Eleitorais de Castelo Branco e Vila Real]